# Demonstrações financeiras

Geração Central Eólica Renascença I S.A.

31 de dezembro de 2019 e 2018 com Relatório do Auditor Independente

# Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

# Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

ey.com.br

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Geração Central Eólica Renascença I S.A.** Rio de Janeiro – RJ

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geração Central Eólica Renascença I S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geração Central Eólica Renascença I S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2020.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Daniel de Araujo Peixoto

Contador CRC-1BA025348/O-9

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.964	26.239
Contas a receber	4	13.839	26.644
Impostos a recuperar		259	515
Outros		697	490
Total do ativo circulante	_	23.759	53.888
Não circulante			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5	3.087	3.297
Imobilizado	6	98.386	103.869
Total do ativo não circulante		101.473	107.166
Total do ativo	<u> </u>	125.232	161.054

	Notas	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	7	1.214	1.560
Empréstimos e financiamentos	8	6.234	6.230
Impostos e contribuições a recolher		341	686
Dividendos a pagar	16	1.509	4.833
Total do passivo circulante		9.298	13.309
Não circulante			
Contas a pagar	7	835	-
Empréstimos e financiamentos	8	55.953	61.812
Outras contas a pagar	10	838	765
Total do passivo não circulante	<del></del>	57.626	62.577
Patrimônio líquido			
Capital social	11	41.698	41.698
Reservas de lucros	11	16.610	43.470
Total do patrimônio líquido		58.308	85.168
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u> </u>	125.232	161.054

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	12	28.036	41.303
Custo de geração de energia	13	(14.196)	(12.866)
Lucro bruto		13.840	28.437
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	13	(280)	(257)
Outras despesas operacionais		(277)	(16)
·		(557)	(273)
Lucro operacional antes do resultado			
financeiro e dos impostos		13.283	28.164
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	1,228	1.385
Despesas financeiras	14	(6.329)	(7.423)
·		(5.101)	(6.038)
Lucro antes do imposto de renda			
e da contribuição social		8.182	22.126
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	15	(1.827)	(1.778)
		(1.827)	(1.778)
Lucro líquido do exercício		6.355	20.348

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	6.355	20.348
Outros resultados abrangentes Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	6.355	20.348

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reservas de lu	ıcros		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	Notas	Capital social 41.698	Reserva legal 1.833	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Saidos em 31 de dezembro de 2017		41.090	1.033	26.122	<u> </u>	69.653
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.348	20.348
Constituição de reserva legal	11.b	-	1.017	-	(1.017)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.c	-	-	-	(4.833)	(4.833)
Reserva de dividendos complementares	11.b	-	-	14.498	(14.498)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		41.698	2.850	40.620	-	85.168
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	11.d	-	-	(31.706)	-	(31.706)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.355	6.355
Constituição de reserva legal	11.b	-	318	-	(318)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.c	-	-	-	(1.509)	(1.509)
Reserva de dividendos complementares	11.b	-	-	4.528	(4.528)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		41.698	3.168	13.442	-	58.308

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		6.355	20.348
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação		0.555	20.040
do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	6	6.070	6.000
Encargos financeiros, líquidos	8	5.154	5.940
Baixa de ativo imobilizado	6	45	-
Atualização de provisão para desmobilização	10	73	65
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		12.805	(10.570)
Impostos a recuperar		256	124
Outros		(207)	309
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		489	(141)
Impostos e contribuições		(345)	26
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	_	30.695	22.101
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Depósitos restituíveis e valores vinculados		210	792
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	6	(632)	(1.073)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(422)	(281)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	8	(6.046)	(6.008)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	8	(4.963)	(5.502)
Dividendos pagos		(36.539)	(4.113)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(47.548)	(15.623)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(17.275)	6.197
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		26.239	20.042
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		8.964	26.239
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(17.275)	6.197
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		755	922
Valores pagos de CS:		485	585

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1. Contexto operacional

A Geração Central Eólica Renascença I S.A. ("Renascença I" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado. A Sociedade tem por objetivo social o desenvolvimento e exploração do parque eólico denominado Renascença I, bem como a comercialização de energia proveniente deste empreendimento.

A Sociedade foi constituída em 14 de outubro de 2010, e atualmente é controlada diretamente pela Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A. e indiretamente pela São João Energética S.A. Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado Contrato de Venda e Compra de Ações e/ou Quotas de acordo com o qual a Energisa S.A. alienou à São João Energética S.A., sociedade com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro que integra o Grupo Brookfield, o controle indireto da Sociedade. A efetiva transferência das ações ocorreu em 31 de março de 2015.

Em 29 de abril de 2011, por meio da Portaria nº 284 do Ministério de Minas e Energia, a Sociedade obteve a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da central geradora eólica Renascença I, com 30.000 kW de capacidade instalada, localizada no município de Parazinho, no estado do Rio Grande do Norte. A Sociedade iniciou a operação comercial em 24 de dezembro de 2014, mediante Despacho nº 4.934/2014 da ANEEL.

Parque eólico	Potência em MW	Autorização MME	Local
Renascença I	30,0	Portaria 284/2011	Parazinho/RN

A autorização vigorará pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contado a partir da publicação da Portaria nº 284/2011.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Cliente	Datas dos	contratos
	Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	01/09/2013	31/08/2033
Comercializadora de energia	01/01/2015	31/12/2020

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

#### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária ("Lei n° 6.404/76"), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n° 11.638, de 28 de dezembro de 2007 ("Lei n° 11.638/07"), e pela Lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei n° 11.941/09"), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### b.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e depósitos restituíveis e valores vinculados.

#### b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

#### i) <u>Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- b) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação
  - b.2) Passivos financeiros--Continuação
    - ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são o contas a pagar, dividendos a pagar e empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### c) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 6.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

#### d) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

#### e) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### f) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

#### g) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

#### h) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e, 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### i) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

#### j) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

#### k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### I) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

#### m) Provisão para desmobilização de ativos

A provisão de desmobilização é constituída quando se existe o compromisso de devolver o terreno, onde está instalado o empreendimento, nas mesmas condições em que se encontrava antes da criação do parque eólico. Tal provisão tem seu valor atualizado mensalmente, com base no IGP-M acumulado dos últimos doze meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

## m) Provisão para desmobilização de ativos--Continuação

O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

#### 2.4. Novos pronunciamentos contábeis

A norma abaixo entrou em vigor a partir de 1° de janeiro de 2019, e não teve efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e depósitos bancários	2.350	221
Aplicações financeiras	6.614	26.018
Total	8.964	26.239

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2019	2018
Banco BTG	Fundo DI (BKFD)	CDI	338	1.969
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	6.276	24.049
			6.614	26.018

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

#### 4. Contas a receber

	2019	2018
Venda de energia	2.336	2.311
Venda de energia – CCEE (*)	11.355	17.061
Contas a receber – partes relacionadas	148	7.272
	13.839	26.644

<sup>(\*)</sup> Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2019	2018
Saldo a vencer	13.839	19.372
Saldo vencido de 31 a 90 dias	-	414
Saldo vencido de 91 a 180 dias	-	4.977
Saldo vencido de 181 a 365 dias	-	332
Saldo vencido há mais de 365 dias (**)	-	1.549
Total	13.839	26.644

<sup>(\*\*)</sup> Saldos de operação com partes relacionadas, onde a Sociedade espera a liquidação do saldo em aberto em menos de 365 dias.

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 5. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2019	2018
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	3.087	3.297
			3.087	3.297

A Sociedade possui, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 3.087 (R\$ 3.297 em 31 dezembro de 2018) depositado em fundos DI vinculado às obrigações de financiamento com Banco de Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 6. Imobilizado

_			Em serviço					
_		Máquinas e	Edificações,	Provisão	Transmissão			
		equipa-	obras civis e	para des-	e distri-	Estoque de	Bens em	
_	Terrenos	mentos	benfeitorias	mobilização	buição	ativo fixo	andamento	Total
31 de dezembro de 2017	34	119.230	813	696	11.031	934	1.238	133.976
Adições	-	1	-	-	-	16	1.056	1.073
Transferências	-	497	-	-	-	-	(497)	-
31 de dezembro de 2018	34	119.728	813	696	11.031	950	1.797	135.049
Adições	-	-	-	-	-	475	157	632
Baixas	-	(12)	-	-	(1)	-	(32)	(45)
Transferências	-	878	441	-	291	-	(1.610)	-
31 de dezembro de 2019	34	120.594	1.254	696	11.321	1.425	312	135.636
31 de dezembro de 2017	(4)	(23.202)	(110)	(78)	(1.786)	-	-	(25.180)
Adições de depreciação	(2)	(5.619)	(28)	(21)	(330)	-	-	(6.000)
31 de dezembro de 2018	(6)	(28.821)	(138)	(99)	(2.116)	-	-	(31.180)
Adições de depreciação	(1)	(5.609)	(44)	(21)	(395)	-	-	(6.070)
31 de dezembro de 2019	(7)	(34.430)	(182)	(120)	(2.511)	-	-	(37.250)
Total em 31 de dezembro de 2018	28	90.907	675	597	8.915	950	1.797	103.869
Total em 31 de dezembro de 2019	27	86.164	1.072	576	8.810	1.425	312	98.386

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 6. Imobilizado--Continuação

#### a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2019 e 2018 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, e transmissão e distribuição.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

# 7. Contas a pagar

	2019	2018
Compra de energia – CCEE (*)	835	-
Fornecedores	1.090	1.557
Contas a pagar – partes relacionadas	122	-
Seguros	2	3
Total	2.049	1.560
Passivo circulante	1.214	1.560
Passivo não circulante	835	-

<sup>(\*)</sup> Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		2019		2019 2018	
Credor	Encargos	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional BNDES Total	TJLP (*) + 1,89% a.a.	6.234 6.234	55.953 55.953	6.230 6.230	61.812 61.812

<sup>(\*)</sup> Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	2019	2018
Saldo inicial	68.042	73.612
Juros provisionados	4.949	5.454
Juros incorporados ao principal (*)	205	486
Amortização – principal	(6.046)	(6.008)
Pagamento – juros	(4.963)	(5.502)
Saldo final	62.187	68.042

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor é composto por principal e juros e é amortizado mensalmente, tendo o contrato como vencimento final a data de 15 de março de 2030.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2019, têm os seguintes vencimentos:

	Valor
Ano	
2021	6.049
2022	6.049
2023	6.049
2024	6.049
Após 2024	31.757
Total	55.953

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (*debt-covenants*), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 9. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

# 10. Outras contas a pagar

	2019	2018
Provisão para desmobilização	838	765
Total	838	765

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

Provisão para desmobilização	2019	2018
Saldo inicial	765	700
Atualização	73	65
Saldo final	838	765

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é de R\$ 41.698, dividido em 41.168.431 (quarenta e um milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

#### b) Reservas de lucros

#### b.1) Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei n° 6.404/76.

#### b.2) Reserva de retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4° e 5° da Lei n° 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Patrimônio líquido--Continuação

#### c) <u>Dividendos</u>

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Em 27 de maio de 2019, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 2.375, em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 2.598, em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 5.618, em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 3.193, em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 12.338 e em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 5.584 à conta de Reserva Especial.

# 12. Receita operacional líquida

	2019	2018
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	26.563	27.605
Venda de energia elétrica – partes relacionadas	3.045	5.700
Resultado com CCEE (*)	1.237	9.568
	30.845	42.873
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	(1.719)	(9)
PIS	(194)	(278)
COFINS	(896)	(1.283)
Receita operacional líquida	28.036	41.303

<sup>(\*)</sup> Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	2019	2018
Custo de geração de energia		
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	1.666	180
Royalties ANEEL	1.641	1.607
Pesquisa e desenvolvimento	59	-
•	3.366	1.787
Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	67	32
Viagens	228	152
Serviços de terceiros	3.363	2.999
Seguros	156	162
Pessoal	117	77
Depreciação	6.070	6.000
Manutenção	138	467
Telecomunicações	18	4
Promoção e publicidade	42	43
Outros	631	1.143
	10.830	11.079
Total do custo de geração de energia	14.196	12.866
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	45	40
Viagens	2	2
Serviços de terceiros	57	49
Serviços de terceiros Serviços de administração – partes relacionadas	176	166
Total das despesas gerais e administrativas	280	257
Total de custos e despesas gerais e administrativas	14.476	13.123
14. Resultado financeiro		
	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.228	1.385
Total	1.228	1.385
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	5.154	5.940
Despesas com letras de crédito	908	1.059
Atualização monetária sobre provisão para desmobilização	73	65
Outros	194	359
Total	6.329	7.423

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Imposto de renda e contribuição social

	2019	2018	
Correnta			
Corrente			
Imposto de renda	1.157	1.191	
Contribuição social	670	587	
Total com despesas de impostos	1.827	1.778	

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	30.845	30.845	42.873	42.873
ICMS	<u>(1.719)</u> 29.126	(1.719) 29.126	(8) 42.865	(8) 42.865
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.330	3.495	3.429	5.144
Receitas financeiras	1.228	1.228	1.385	1.385
Outras receitas	5	5	-	-
Base de cálculo total	3.563	4.728	4.814	6.529
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	867	426	1.180	588
Outros	290	244	11	(1)
Total	1.157	670	1.191	587

<sup>(\*)</sup> A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

	Nota	2019	2018
Ativo			
Contas a receber			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	_	3.590
Tangará Energia S.A.	(a)	148	3.682
rangara Energia en a	(α)	148	7.272
Passivo		170	1.212
Contas a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(b)	3	_
Tangará Energia S.A.	(b)	119	_
Tangara Energia S.A.	(D)	122	
Dividendes a name		122	<u>-</u>
Dividendos a pagar	( )	4 500	4.000
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	(c)	1.509	4.833
		1.509	4.833
<u>Resultado</u>			
Venda de energia			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(d)	-	3.590
Tangará Energia S.A.	(d)	3.045	2.110
		3.045	5.700
Compras de energia			
Tangará Energia S.A.	(e)	1.666	180
3 3	· /	1.666	180
Serviços de ADM - Despesa			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(f)	176	166
	\'/	176	166
			100

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Transações com partes relacionadas--Continuação

- a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- b) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- c) Dividendos a serem pagos aos acionistas da Sociedade:
- d) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- e) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- f) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

### 17. Seguros

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 103.342 (R\$ 163.496 em 31 de dezembro de 2018) para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as eólicas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 700.000 (R\$ 700.000 em 31 de dezembro de 2018).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2019/2021 de 70% (setenta por cento) do Valor em Risco Total considerando a exposição da Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 18. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

		2019			2018	
		A valor justo A valor justo				
	Custo	por meio de		Custo	por meio de	
Ativos financeiros	amortizado	resultado	Total	amortizado	resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	8.964	8.964	-	26.239	26.239
Contas a receber	13.839	-	13.839	26.644	-	26.644
Depósitos restituíveis						
e valores vinculados	-	3.087	3.087	-	3.297	3.297
	13.839	12.051	25.890	26.644	29.536	56.180

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 18. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018  Custo amortizado	
Passivos financeiros	Custo amortizado		
Contas a pagar	2.049	1.560	
Dividendos a pagar	1.509	4.833	
Empréstimos e financiamentos	62.187	68.042	
	65.475	74.435	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# **18.** Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

#### Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

#### Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

#### Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

#### Empréstimos

São classificados como passivos financeiros, não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus calores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2019 e 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# **18.** Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	8.964	26.239
Depósitos restituíveis e valores vinculados	3.087	3.297

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

#### d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# **18.** Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Gestão de risco--Continuação

#### i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

#### ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

#### iii) Risco de concentração de carteira de clientes

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

#### iv) Risco de taxa de juros

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# **18.** Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Gestão de risco--Continuação

#### v) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

### vi) Risco de geração

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras eólicas depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia da geradora eólica, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita da Sociedade.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, a Sociedade deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito.

Para a mitigação do risco de geração, a Sociedade gerencia a disponibilidade dos parques geradores, mantendo altos padrões de operação e manutenção.

#### vii) Risco de não renovação da autorização

A Sociedade detém autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito de renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica. Apenas a Lei Federal nº 13.360/2016, em seu § 1º - C, art. 26, estabelece que os empreendimentos de fontes eólicas que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas, não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# **18.** Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Gestão de risco--Continuação

#### vii) Risco de não renovação da autorização--Continuação

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas à Sociedade pelo Poder Concedente.

Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

### e) Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

# 19. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 31 de janeiro de 2020.